

- LXVII -**PACTO EDUCATIVO NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES E EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA****Marta Lucia Croce**Universidade Estadual de Maringá – UEM
martalucia.croce@gmail.com**Ivanilda de Almeida Meira Novais**Escola Municipal Júlia Ferezim Begali
nonesnovaes123@gmail.com**Cyntia Danielle Pinto Gomes**Secretaria de Educação de Maringá
cynthiavcg@hotmail.com**Adriana Paula Cheron Zanin**Polo EAD/UAB – Astorga/PR
adrianacheron01@hotmail.com**INTRODUÇÃO**

A valorização dos Professores do Quadro Próprio do Magistério Público (QPM), do Estado do Paraná, adquiriu novos contornos após a criação do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE). Implantado no ano de 2007, o PDE foi ser entendido como uma política educacional voltada à formação continuada de professores da rede estadual de ensino, que possibilitou uma expressiva expansão das Universidades Públicas de Ensino Superior – IPES.

Apresentando caráter sem precedentes no país, o PDE foi planejado durante a campanha eleitoral para governadores, em 2002, e gestado em 2003 após conversações entre os governantes eleitos e o Sindicato dos Profissionais da Educação Básica do Paraná – APP Sindicato. No intuito de atender às demandas sindicais, apaziguar os professores e garantir governabilidade, o Governo Requião-Pessuti propõe o PDE, amalgamado ao Plano de

Carreira do Magistério e oferecendo um ano sabático para que os professores voltassem às universidades para se capacitarem.

Considerando este preâmbulo e admitindo que a realidade sociopolítica é dinâmica e requer dos agentes políticos adequação constante às mudanças e demandas da sociedade, tomamos uma questão referente ao papel dos atores políticos na criação e implementação de políticas educacionais voltadas à educação escolar pública, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino.

Debruçamo-nos sobre um objeto de investigação que possui características sui generis, como o PDE, interpelando, também, seu papel na expansão das universidades públicas paranaenses. Nosso intuito foi estabelecer os vínculos criados entre os atores políticos e sociais ao buscarem atender demandas federais de aspectos jurídico-legais, políticos eleitorais e sociais.

Neste sentido, consideramos como foco de análise a gênese do PDE, quando resgatamos o papel dos atores políticos e sociais, com observância para o cenário político-educacional vigente à época das eleições de 2002, e nos anos seguintes à instauração do Governo. Na campanha eleitoral ficaria estabelecido entre candidatos ao Governo estadual e diretoria do Sindicato dos Profissionais da Educação Básica (APP) um “pacto educacional”, que permitiria um entrelaçamento de ações, e que culminaram na expansão das universidades do Paraná.

Como “pacto educacional”, entendemos os acordos firmados e o consenso estabelecido entre Governo, APP-Sindicato e IPES, para que os interesses e necessidades dos agentes políticos e sociais fossem plenamente atingidos, contemplados por um Governo progressista, com propósito de garantir governabilidade. Formou-se, portanto, um tripé político-institucional, considerando os caminhos da administração pública, esboçados na implementação da formação continuada em serviço dos professores QPM, e que propiciou a expansão das universidades estaduais com atendimento às demandas sindicais.

DESENVOLVIMENTO

O que expomos e analisamos é o *modus operandi* dos governantes e lideranças sindicais no ato da criação do PDE, que resultou no “pacto educativo” propiciando, de modo inequívoco, a expansão universitária no Paraná. Nosso estudo demonstrou que as intenções e objetivos em torno de uma política de formação continuada de professores contribuíram, ainda, para um período de hegemonia política legitimada pelo consenso institucional.

O PDE encontra-se descrito em material informativo distribuído pela Superintendência da Educação e Coordenação do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, que recebe o título de: Uma Nova Política de Formação Continuada e Valorização dos Professores da Educação Básica da Rede Pública Estadual- Documento Síntese: versão para discussão, com primeira edição publicada em 2007. Está elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Estado do Paraná, e tem como política pública a formação continuada dos professores de todas as áreas de ensino da Educação Básica. Como acréscimos, o Programa prevê avanços na carreira dos professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), com tempo livre para estudos.

Tendo como um de seus pressupostos “a organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior” (PARANÁ/SEED, 2007), ficou estabelecido que a capacitação pelo PDE fosse presencial, no espaço físico das IPES, com diferentes recursos metodológicos e didáticos. Esta relação estreita entre os sistemas de ensino propiciaria o redimensionamento das práticas educativas; a reflexão sobre os currículos das licenciaturas e melhor qualificação profissional.

Era de conhecimento geral, tanto por parte dos educadores quanto pelos candidatos ao governo do Paraná, em 2002, que aquelas reivindicações sempre foram prometidas e nunca cumpridas integralmente pelos governos anteriores, em especial o Governo de Jaime Lerner (1995-2002). Todas as tentativas de negociação com o Governo Lerner redundaram infrutíferas, portanto, um acordo pré-eleitoral, firmado em documento, no qual Requião e Pessuti, se eleitos, tomariam como primeiras medidas de seu Governo o atendimento aos professores do Paraná, foi uma notícia recebida com entusiasmo. (CROCE, 2013, p.191).

CONCLUSÕES

Um conjunto de medidas legais estava em sintonia com as necessidades dos trabalhadores em educação do Paraná, assim a ideia de um programa de formação continuada, em parceria com as IPES, igualmente em franco desmonte por falta de investimentos no Governo Lerner, consolidou o surgimento do PDE. Pensado inicialmente pelo Governo como curso de pós-graduação em nível de mestrado, foi logo contestado pelos docentes das IPES e proposto como curso de Extensão Universitária.

No mecanismo de implementação de políticas educacionais, consta do Art. 69 da LDB que o Estado, no caso de sistemas estaduais de educação, deve aplicar, anualmente, pelo menos 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do

ensino público, em todos os níveis. No cômputo geral da receita entram as transferências federais feitas via Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério: FUNDEB. O Governo Requião-Pessuti, no entanto, ampliou para 30% os recursos financeiros destinados à educação pública.

As obrigações para com o sistema federal foram atendidas, então o estado garantiu verba para manter a educação pública, o pagamento de professores, a formação continuada via PDE, e provimento de recursos para manutenção e ampliação das universidades estaduais. Medidas que propiciaram governabilidade durante oito anos de gestão estadual.

Partes acordadas, negociações sacramentadas entre Estado, APP e IPES, com recursos assegurados, inicia-se o PDE no segundo semestre de 2006. A primeira turma de professores PDE começa a frequentar as universidades estaduais em março de 2007. Houve, a partir de então, uma proximidade das IPES com as secretarias: de justiça, educação, ciência e tecnologia, administração e previdência. Vários convênios foram firmados. O viés mais privatista adotado pelo governo Jayme Lerner estava ficando para trás, dando lugar a um modelo que privilegiava a instituição pública.

REFERÊNCIAS

CROCE, Marta L. A Construção do Consenso em Políticas Públicas: um estudo sobre a gênese do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Estado do Paraná. Tese de Doutorado - Políticas e Práticas Educacionais. Universidade Nove de Julho (UNINOVE). São Paulo: SP. 2013, 343 p.

MARIN, A.J. Educação Continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. Cadernos Cedes. v.36. pp. 13-20, 1998.

MICHELOTTO, R.M. Universalização da Educação Superior em Cuba. GT 11 – Política da Educação Superior. ANPED, 2005.

PARANÁ. SEED. Programa de Desenvolvimento Educacional – Uma nova política de formação continuada e valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual. Documento Síntese: versão para discussão. Curitiba: SEED, 2007.